

2.º — A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Maio de 2007.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

— — — —

**Resolução n.º 54/07**  
de 6 de Julho

Considerando a crescente procura de energia eléctrica no País e em particular na Província de Cabinda, com o surgimento de iniciativas de relançamento da economia, bem como a melhoria gradual do nível de vida das populações;

Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto n.º 120/03, de 14 de Novembro, em matéria de investimentos públicos;

Nos termos das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º, do artigo 113.º e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1.º — É aprovada o contrato de aquisição e instalação de duas turbinas à gás para a produção de energia eléctrica (GTG) de 35 MW cada, na região de Fútila, em Cabinda, no valor equivalente em Kwanzas, à EURO 65 379 169,52.

2.º — O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros ora aprovados, necessários à implementação do projecto.

3.º — A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Maio de 2007.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

**MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES  
E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**

**Despacho conjunto n.º 477/07**  
de 6 de Julho

Considerando a necessidade de nomear a Comissão Técnica Permanente Provincial do Bengo para o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), ao abrigo do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto n.º 4/01, de 2 de Fevereiro, ouvidos os respectivos organismos;

Nos termos do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional; determina-se:

1.º — É nomeada a Comissão Técnica Permanente Provincial do Bengo para o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), composta pelos seguintes elementos:

- a) Vice-Governador para a Organização e Serviços Comunitários — Coordenador;
- b) Capitão do Porto de Luanda;
- c) Director Provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações;
- d) Director Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas;
- e) Director Provincial do Comércio, Indústria Hotelaria e Turismo;
- f) Director do INOT;
- g) Comandante do Corpo de Fuzileiros do Município do Ambriz.

2.º — Este despacho conjunto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Julho de 2007.

O Ministro dos Transportes, *André Luís Brandão*.

O Ministro da Administração do Território, *Virgílio Ferreira de Fontes Pereira*.

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DO TERRITÓRIO**

**Despacho n.º 478/07**  
de 6 de Julho

Considerando que nos termos dos n.ºs 3 e 4, do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 5/02, de 1 de Fevereiro, que define as condições e procedimentos de elaboração e gestão dos quadros de pessoal da administração pública, por despacho conjunto dos Ministros da Administração do Território, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças, têm sido aprovadas as quotas e o número de vagas por carreiras e categorias a prover por ingresso e acesso por cada organismo da Administração Local do Estado:

Tendo em conta que após a realização dos concursos público de ingresso e de acesso nas províncias para o preenchimento de vagas, não se têm observado os procedimentos adequados à tramitação do processo para a inserção no aplicativo informático de processamento de salários;

Havendo a necessidade de serem accionados os mecanismos apropriados à normalização da situação;